

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.248 - PE (2019/0357392-3)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : C A L
ADVOGADOS : MAURIZIO COLOMBA - SP094763
SÉRGIO LUDMER - PE021485
RICARDO DANTAS ESCOBAR - DF026593

DECISÃO

Trata-se, na origem, de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF em face de C.A.L, na condição de auditor fiscal da Receita Federal. Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Sustenta, em síntese, que o réu, aproveitando-se e abusando das facilidades que lhe proporcionavam tanto o cargo público que ocupava quanto a função que desempenhava, atuou de forma espúria, conforme apurado em processo administrativo fiscal.

Além disso, afirma que o réu tinha interesse, ao menos indireto, no desfecho do Processo Administrativo Fiscal da empresa Comercial Lucena e Sá Ltda. - COMLUS. A petição que resultou na realização da Informação Fiscal postulava o reconhecimento da prescrição tributária, alusiva ao período de julho de 1992 a dezembro de 1996, época em que A.N.V.L, esposa do demandado, figurava como sócia majoritária da empresa COMLUS.

Ainda, a despeito de ter saído formalmente da empresa em março de 1997, a esposa do réu continuou a assinar, na qualidade de representante da COMLUS, documentos relativos à mencionada ação fiscal. Nesse contexto, o réu tudo fez, no exercício do seu cargo de auditor fiscal da receita federal, para possibilitar o fim do crédito tributário existente em face da COMLUS. Afinal, foi ele quem distribuiu o Processo Administrativo Fiscal n. 10480.005877/9-46 para efeito de análise quanto à extinção da dívida. Portanto, conforme a ação civil do MPF, a conduta do réu acima ajusta-se e ostenta tipicidade material suficiente para enquadrar-se nos contornos do art. 11 da Lei n. 8.429/92.

Na sentença (fls. 381-391) que julgou improcedente o pedido, observou-se que, inicialmente, a ação foi proposta pelo MPF apenas contra o réu C.A.L e que a União pediu e foi integrada no polo ativo como Assistente do Autor. Na mesma decisão, também se acolheu pedido da União de inclusão, no polo passivo, da Empresa COMLUS e a sua sócia-gerente A.N.V.L. (fl. 389).

Em relação ao réu C.A.L, a sentença trouxe à baila o fato de o réu ter trabalhado por mais de 24 (vinte e quatro) anos no serviço público quando os fatos apresentados ocorreram, e nunca havia sofrido nenhuma punição

disciplinar.

Decidiu que as únicas práticas realizadas pelo réu, e que se encontram incontestavelmente comprovadas, porque por ele admitidas, são dois procedimentos administrativos: 1) seleção dos autos do processo administrativo fiscal da Microempresa COMLUS e encaminhamento para a Auditora Fiscal dar o parecer, com entrega de um modelo de decisão; 2) apor o "de acordo" logo após o referido parecer.

As demais acusações seriam conjecturas e delas apenas uma poderia ter sido comprovada tecnicamente: o encaminhamento de algumas declarações do Imposto de Renda da Microempresa COMLUS por computador da própria Receita Federal e que era utilizado pelo réu em sua residência ou no escritório da Microempresa COMLUS, com autorização da alta direção da Receita Federal local, uma vez que faltava espaço físico nesta para abrigar todos os seus Auditores Fiscais.

Ainda, a sentença decidiu que a União não teria sofrido nenhum prejuízo financeiro, e o valor envolvido, um pouco mais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), poderia ser considerado irrisório, por haver previsão legal autorizando a não cobrança de dívidas tributárias que cheguem até a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em relação às rés, a sentença decidiu que não foram sequer arroladas no polo passivo da petição inicial, tendo sido trazidas a esse polo a pedido da União.

Os seus atos empresariais, referidos no relatório, foram praticados após o fato gerador da dívida tributária em questão, dívida essa que ainda se encontraria *sub judice*. Mencionados atos civis, de natureza empresarial, não se enquadrariam em nenhuma das hipóteses da Lei n. 8.429/92, e não tiveram qualquer reflexo na tramitação do noticiado processo administrativo tributário (fl. 393).

Inconformada, a União opôs embargos de declaração contra a sentença (396-399), afirmando que a decisão foi omissa em relação ao cerne da questão, que estaria na má-fé do réu, no intuito de obter para outrem ou para si vantagem reconhecidamente indevida, utilizando-se, para tanto, do cargo público ocupado e sob violação de diversos princípios da administração pública, a saber, honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.

A sentença que decidiu os embargos de declaração (fls. 448-451) negou provimento aos pedidos (fl.450), conforme ementa a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO: INEXISTÊNCIA.

A discussão sobre os elementos subjetivos das práticas do Réu principal já constam da fundamentação da sentença, não se extraindo da sua conduta má-fé, intuito de prejudicar o Erário.

Improcedência.

O MPF interpôs recurso de apelação às fls. 411-424, alegando a necessidade de reformar a sentença para condenar C.A.L pela prática de ato de improbidade administrativa, ao afirmar que as condutas perpetradas por ele demonstram a atuação desonesta e de má-fé do servidor público, que, embora não tenham causado consequências materiais a União, violou princípios da Administração Pública, em completo desrespeito à honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, previstos no art. 11 da Lei n. 8.429/92 (fl. 420).

A União, às fls. 452-474, reiterou o recurso de apelação interposto pelo MPF.

Por unanimidade, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região negou provimento ao recurso de apelação, conforme ementa a seguir (fls. 486-487):

DIREITO ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL. FALTA DISCIPLINAR. ATO ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. INEXISTÊNCIA DE ATO DESONESTO E DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. IMPROBIDADE NÃO CONFIGURADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Apelação do Ministério Público Federal contra sentença do juízo da 2ª Vara Federal de Pernambuco que julgou improcedente ação de improbidade administrativa ajuizada contra auditor fiscal da Receita Federal pela prática de ato atentatório aos princípios da Administração Pública, previsto no art. 11 da Lei nº 8.429/92.

2. Caso em que o réu encaminhou para uma Auditora Fiscal da Receita Federal novata processo administrativo tributário no qual tinha interesse indireto, com modelo de parecer que poderia beneficiar a referida empresa, porque reconhecia a prescrição da sua dívida tributária, e após seu "de acordo" com o parecer da Auditora, antes de encaminhamento feito para julgamento do Delegado da Receita Federal.

3. A configuração de ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública não tipificado na Lei nº 8.429/92, em regra, pressupõe a prática de ato desonesto ou de prejuízo ao erário, pois a aplicação do regime jurídico da Lei de Improbidade Administrativa com suas graves consequências jurídicas, não se coaduna com o cometimento de falta disciplinar de menor gravidade.

4. Hipótese em que o réu, Auditor Fiscal da Receita Federal com mais de 25 (vinte e cinco) anos de carreira, sem nunca antes ter sofrido

qualquer punição disciplinar, e que chegou a ocupar chefia de importante setor da Receita Federal do Brasil em Recife - PE, cometeu falta disciplinar ao atuar em processo administrativo tributário, no qual tinha interesse indireto, envolvendo empresa do seu sobrinho e da qual a esposa fora sócia na época do surgimento da dívida tributária.

5. Todavia, as condutas imputadas ao réu carecem de gravidade para ensejar a configuração de improbidade administrativa, pois o compartilhamento de modelos de pareceres era prática comum para todos os Auditores, inclusive do modelo em questão, incumbindo a responsabilidade por acolher ou não o modelo ao parecerista e a - aposição do "de acordo" restringiu-se a mero procedimento administrativo de encaminhamento, dependendo de decisão final do Delegado da Receita Federal, tanto assim que o parecer não foi acolhido e a execução persistiu. Situação em que, ademais, a União não sofreu prejuízo financeiro, e o valor envolvido de aproximadamente R\$ 8.000,00 é de pequena monta, tanto assim que a lei autoriza a Fazenda Nacional a dispensar sua cobrança.

6. Recurso improvido.

Inconformado, o MPF opôs embargos de declaração com efeitos infringentes às fls. 491-494, alegando omissão em relação à análise dos deveres de legalidade, lealdade e honestidade para com a União, bem como dos princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade, e que, embora não tenha causado consequências materiais à União, foram violados princípios da Administração Pública, previstos no art. 11 da Lei n. 8.429/92, não havendo como isentar o réu das sanções previstas no art. 12, III, da Lei n. 8.429/92.

Por unanimidade, a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região rejeitou os embargos de declaração, conforme a ementa a seguir (fl. 511):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

Embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Federal contra acórdão que negou provimento à sua apelação, ao fundamento de que as condutas imputadas ao réu carecem de gravidade para ensejar a configuração de improbidade administrativa.

Caso em que, a pretexto de apontar omissões no acórdão embargado, o embargante, na realidade, veicula pretensão de revolver o próprio mérito da demanda, rediscutindo matéria já decidida, medida inviável em sede de embargos de declaração, que não se destinam ao rejulgamento da causa.

Embargos rejeitados.

Irresignado, o MPF interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal (fls. 515-523), alegando afronta ao art. 11 da Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre a prática de

ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração.

O recorrente afirma que, embora o Tribunal *a quo* tenha reconhecido os atos imputados ao réu, entendeu não restar configurada a prática do ato de improbidade administrativa descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92, ao fundamento de tratar-se de mera infração à ética profissional, desprovido da desonestidade e da gravidade imprescindíveis à configuração do ato ímprobo. Entretanto, segundo o recorrente, as condutas perpetradas pelo recorrido não se limitariam apenas a desafiar a ética profissional; ao contrário do entendimento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a gravidade dos atos configuram violação aos deveres de lealdade e honestidade, bem como aos princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade, e embora não tenham causado consequências materiais à União, violou princípios da Administração Pública, previstos no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

O recorrente também afirma que o recorrido agiu de má-fé, na tentativa de beneficiar a empresa, da qual era sócia majoritária a sua esposa, em detrimento do interesse da Administração Pública, violando os deveres de lealdade e honestidade para com a União, bem como os princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade.

Por fim, o MPF clama pela reforma do acórdão recorrido, no sentido de reformar a sentença, para que o recorrido C.A.L seja condenado pela prática do ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração, descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

Foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial pelo réu às fls. 530-539.

Em juízo de admissibilidade, o recurso foi admitido pelo TRF da 5ª Região às fls. 541-542.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial, em parecer assim ementado (fl. 550):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO CONTRA A EMPRESA QUE TINHA COMO UMA DE SUAS SÓCIAS A ESPOSA DO SERVIDOR. TENTATIVA DE FAVORECIMENTO. ATO ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DOLO GENÉRICO SUFICIENTE À CARACTERIZAÇÃO DO ATO DESCRITO NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. DESNECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. PRECEDENTE DESSA CORTE. IMPOSIÇÃO DAS PENALIDADES DO ART. 12 DA LIA.

- Parecer pelo provimento do recurso

É o relatório. Decido.

O presente recurso especial tem fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal e indicou claramente os normativos federais supostamente violados pela decisão recorrida. Houve, ademais, impugnação específica aos fundamentos do acórdão e se acham presentes os demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual se passa ao exame do recurso especial interposto.

Alegou o recorrente a violação do art. 11 da Lei n. 8.429/92, no que lhe assiste razão.

Segundo o recorrente, embora o Tribunal *a quo* tenha reconhecido os atos imputados ao réu, entendeu não restar configurada a prática do ato de improbidade administrativa descrito no referido dispositivo, ao fundamento de tratar-se de mera infração à ética profissional, desprovido da desonestidade e da gravidade imprescindíveis à configuração do ato ímprobo.

Entretanto, sustenta o recorrente que as condutas perpetradas pelo recorrido não se limitariam a desafiar a ética profissional e, ao contrário do entendimento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a gravidade dos atos configuram violação aos deveres de lealdade e honestidade, bem como aos princípios da moralidade, eficiência e impessoalidade, e embora não tenham causado consequências materiais à União, violaram princípios da Administração Pública, previstos no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

Conforme os trechos a seguir colacionados, entendeu o Tribunal *a quo* que, apesar de ter reconhecido que o ora recorrido encaminhou o processo administrativo tributário, no qual a microempresa, cuja sócia era sua esposa, figurava como devedora, deixou de responsabilizar o então servidor pela prática de improbidade atentatória aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei n. 8.429/92), por considerar a conduta apenas “antiética e irregular”, mas desprovida de dolo e de dano ao erário (fl. 482):

(...) apesar de ter reconhecido que o ora recorrido “(...) encaminhou processo administrativo tributário, no qual a microempresa Comlus - Comercial Lucena e Sá Ltda. figurava como devedora, à Auditora Fiscal Vandada Costa Santos, novata naquele setor, fazendo-o acompanhar de modelo de parecer (informação fiscal) que poderia beneficiar a referida pessoa jurídica em razão de reconhecer a prescrição de sua dívida tributária” que “apusera seu “De acordo” no parecer exarado pela colega de, trabalho,

encaminhando-o em seguida ao Delegado da Receita Federal, que, entretanto, não o acolhera” e que “A empresa que seria beneficiada com o eventual acolhimento da informação fiscal tinha como sócio o sobrinho da esposa do réu, a qual figurara também como sócia à época do surgimento da dívida tributária, o que evidencia seu interesse, ainda que indireto, em beneficiar a empresa”, deixou de responsabilizar o então servidor pela prática de improbidade atentatória aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei n. 8429/92), por considerar a conduta apenas “antiética e irregular”, mas desprovida de dolo e de dano ao erário.

No entanto, não se exige o dolo específico para o cometimento do ato ímprobo atentatório aos princípios administrativos, pois, de acordo com a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, para a configuração dos atos de improbidade administrativa que atentam contra princípios da Administração Pública basta a presença do dolo genérico.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA, NO PARTICULAR. SÚMULA 182/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FALSA DECLARAÇÃO DE EMERGÊNCIA. RECEBIMENTO INDEVIDO DE VERBAS FEDERAIS. DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO. ARTS. 10, VIII, E 11 DA LEI 8.429/92. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA DOS ATOS, CONCLUIU PELA COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO, PELA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PELA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgou recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem julgou parcialmente procedente o pedido, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, na qual postula a condenação do ora agravante, ex-Prefeito de Guaratinga/BA, pela prática de atos de improbidade administrativa. Nos termos da inicial, o agravante teria falseado declaração de situação de emergência do Município, para, indevidamente, obter recursos do Ministério da Integração Nacional, e, posteriormente, realizar obras com dispensa de licitação.

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - quanto à impossibilidade de análise, em Recurso Especial, de ofensa a dispositivos constitucionais -, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da

Súmula 182 desta Corte.

IV. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "o elemento subjetivo, necessário à configuração de improbidade administrativa censurada nos termos do art. 11 da Lei 8.429/1992, é o dolo genérico de realizar conduta que atente contra os princípios da Administração Pública, não se exigindo a presença de dolo específico" (STJ, REsp 951.389/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/05/2011).

V. No caso, o acórdão recorrido concluiu pela configuração do ato ímprobo, ao fundamento de que, "de todo o acervo probatório a conclusão que se tem é de total ausência de situação de emergência que justifique o repasse da verba federal ao Município e, por conseguinte, que legitime a dispensa de licitação na contratação de empresa para obras de recuperação dos alegados danos (...) O elemento subjetivo da conduta do apelante se mostra inequívoco ao se deparar com a notória divergência entre a situação fática ocorrida nos períodos de 15 a 17 de junho de 2010 no Município e a situação descrita pelo apelante para embasar a expedição do Decreto declarando situação de emergência. O que se extrai dos autos indica que o falseamento da situação fática perpetrado pelo gestor público tinha objetivo de angariar verbas federais de maneira irregular para aplicar em obras de reparação no Município em decorrência de danos que já subsistiam muito antes da inverídica situação emergencial sustentada pelo apelante".

VI. Nos termos em que a causa foi decidida, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido - para acolher a pretensão do agravante e afastar sua condenação pela prática de ato de improbidade administrativa - demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 210.361/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/06/2016; AgRg no AREsp 666.459/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015; AgRg no AREsp 535.720/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/04/2016.

VII. Tendo em vista a fundamentação adotada no acórdão recorrido, o exame da irresignação do agravante, quanto à alegada desproporcionalidade das sanções aplicadas, na origem, demandaria o reexame de matéria fática, o que é igualmente vedado, em Recurso Especial, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 533.862/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2014; REsp 1.203.149/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/02/2014).

VIII. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa extensão, improvido.

(AgInt no AREsp 1431117/BA, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 18/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPATINGA. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL SEM CONCURSO PÚBLICO. DOLO GENÉRICO. AFRONTA AO ART. 11 DA LEI N. 8.429/92. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

I - Originariamente, trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de servidores sem concurso público. Sob o fundamento de inexistência de prova do dolo ou má-fé do réu, os pedidos iniciais foram julgados improcedentes em primeiro grau. O

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desproveu o recurso do Ministério Público.

II - É pacífica a orientação desta Corte Superior no sentido de que o ato de improbidade administrativa, previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não precisa ser específico, revelando-se suficiente o dolo genérico.

III - No presente caso, o dolo genérico decorre da própria contratação sem concurso público, pois é evidente que o gestor público precisa ter ciência de que não pode haver contratação de servidor efetivo sem a prévia aprovação em concurso público. A vedação ao ingresso no serviço público sem a realização de concurso público deflui dos princípios assentados no art. 37 da Constituição Federal, motivo pelo qual não se faria possível afastar o dolo do agente público que realiza contratação sem observar a regra constitucional.

IV - Agravo interno provido.

(AgInt no AREsp 1366330/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 23/05/2019)

Cumpre mencionar que o dolo genérico se revela pela simples vontade consciente do agente de realizar a conduta, produzindo os resultados proibidos pela norma jurídica ou, então, “a simples anuência aos resultados contrários ao Direito quando o agente público ou privado deveria saber que a conduta praticada a eles levaria -, sendo despidendo perquirir acerca de finalidades específicas” (STJ, AgRg no REsp 1.539.929/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 02/08/2016).

No caso vertente, o dolo genérico decorre das condutas perpetradas pelo recorrido na condição de auditor fiscal da Receita Federal, que não se limitam a desafiar a ética profissional, notadamente porque se valeu do cargo ocupado para satisfação de interesse particular e de sua esposa, à época sócia da empresa COMLUS, beneficiária da tentativa de extinção de crédito tributário contra a referida empresa.

Desse modo, não é possível reconhecer a mera irregularidade, senão a atuação desonesta do então auditor fiscal da Receita Federal, ora recorrido, que, embora não tenha causado consequências materiais aos cofres públicos, violou os princípios da Administração Pública, previstos no art. 11 da Lei n. 8.429/92.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, V, do CPC e nos arts. 34, XVIII, c, e 255, §4º, III, ambos do RISTJ, conheço do recurso especial interposto e dou-lhe provimento a fim de cassar o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para fixação das sanções.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator